

Eleições

Parlamentares se elegem para ter imunidade

Vários dos novos políticos eleitos usarão mandatos para escapar de processos na Justiça

KÁSSIA CALDEIRA

O número de deputados e senadores que chega ao Congresso envolvido em processos ou inquéritos aumentou. Os novos representantes eleitos vão iniciar seus mandatos acobertados por uma imunidade parlamentar deturpada, já que esta servirá como meio de proteger problemas com a Justiça enquanto eles estiverem no exercício de seus mandatos.

Dos políticos que se reelegeram, nove estão envolvidos em processos ou inquéritos. Entre os novos, alguns casos são surpreendentes e engrossam o número dos que têm maus antecedentes do Congresso. No dia 1º de janeiro, 16 parlamentares deixarão o Congresso para que a Justiça possa, enfim, acertar com eles suas diferenças. No entanto, pelo menos 30 chegam à Casa com processos e inquéritos pendentes.

Dados dos Ministérios Públicos e Procuradorias da República nos Estados, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União (TCU) e de alguns fóruns da Justiça Comum revelam casos como o do deputado mais votado do Acre, Carlos Ayrton de Santana Souza (PPR), indiciado no processo que apurou o superfaturamento de preços do Canal da Maternidade, obra de canalização de esgoto inacabada. No Maranhão, o deputado eleito Davi Alves Silva (PFL) teve as contas de sua gestão na prefeitura de Imperatriz contestadas pelo TCU, por desvio de verbas, e responde a processo por envolvimento em homicídio na cidade.

OS NOVATOS

Adelson Salvador (PSB-ES) teve a quarta maior votação entre os candidatos a deputado federal em seu Estado. Ele está respondendo a inquérito por crime de concorrência desleal contra o serviço postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Antônio Joaquim (PFL-MA) ficou em terceiro lugar entre os mais votados para a Câmara em seu Estado, com 53.979 votos. Foi secretário da Saúde do governo Edson Lobão. Ele responde a inquérito por irregularidades na distribuição de autorizações de internação hospitalar (AIH).

Carlos Ayrton de Santana Souza (PPR-AC) chegará à Câmara como o deputado mais votado de seu Estado, com 12.780 votos. Como presidente da Empresa de Tratamento de Água e Esgotos do Acre (Sanacre), aprovou a construção do célebre Canal da Maternidade pela Construtora Norberto Odebrecht a preços superfaturados, durante o governo do ex-presidente Fernando Collor. Foi indiciado em inquérito pela Polícia Federal junto com mais 14 pessoas.

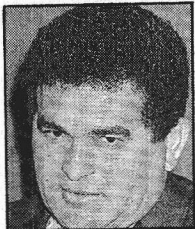
Carlos Fernando Zuppo Franco (PDT-SP) se elegeu deputado federal com 48.139 votos. Ele está respondendo a um processo em Vitória, no Espírito Santo, por prevaricação e por retardar ou deixar de praticar ato de ofício.

Confúcio Aires Moura (PMDB-RO) é o segundo membro da família que é eleito deputado federal. Seu irmão, Nobel Moura, teve o mandato cassado pela Câmara no

fim do ano passado. Como o parente, Confúcio é médico e tem base eleitoral em Ariquemes. Enfrenta processo por ter pago gratificação com dinheiro federal do Sistema Único de Saúde (SUS).

David Alves Silva (PFL-MA) só ficou atrás de Sarney Filho na votação para a Câmara em seu Estado. Foi prefeito de Imperatriz e responde a processo na Justiça Estadual por envolvimento no assassinato de seu sucessor. É acusado, ainda, de desvio de verbas federais. O Tribunal de Contas da União (TCU), em março de 1993, apontou irregularidades em suas prestações de contas e a decisão até hoje não foi contestada.

Ernandes Santos Amorim (PDT-RO)



foi eleito senador por Rondônia mesmo respondendo a 34 processos por peculato. É acusado de ter falsificado o *Diário Oficial* para dirigir concorrências quando era prefeito de Ariquemes. Participou de tiroteio com policiais empenhados em impedir a extração irregular de cassiterita no garimpo do Bom Futuro. Foi citado em depoimento à CPI do Narcotráfico como mandante do assassinato de três de seus guardacostas e de envolvimento com o comércio de tóxicos.

Eurípedes Miranda Botelho (PDT-RO), eleito deputado, foi secretário estadual de Segurança Pública no governo de Jerônimo Santana. Dirigiu o Detran da cidade de Ji-Paraná, conhecida como entreposto de narcotraficantes. Não permitia que policiais civis e militares fizessem flagrantes de droga, alegando que tal atribuição era exclusiva da Polícia Federal.

Expedito Gonçalves Ferreira Junior (PDT-RO) foi o segundo deputado federal mais votado de seu Estado. Responde a processo por homicídio, cometido em novembro de 1990 em Rolim de Moura.

Fausto Miguel Martello (PPR-SP) levará para a Câmara processo que corre na 3ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. Empresário da região de Guarulhos, foi indiciado por expor a perigo a integridade física e patrimonial, por causar desabamento e por falsidade ideológica, prevaricação e dano.

José Aristodemio Pinotti (PMDB-SP)



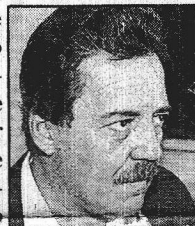
eleito deputado, é alvo de vários inquéritos civis do Ministério Público de São Paulo por sua atuação à frente da Secretaria de Saúde do Estado, na administração de Orestes Quêrcia. Foram consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) os contratos firmados pelo Sistema Único de Saúde com o Banco de Sangue Paulista e o pagamento à PUC-Campinas para o desenvolvimento de programas de educação continuada para os médicos do SUS. Estão sendo investigadas, ainda, licitações da Secretaria da Saúde para a compra de equipamentos hospitalares em 1990.

Lúdio Martins Coelho (PSDB-MS), eleito para o Senado, sofre desde 1991 processo no TCU por irregularidades em prestação de contas da Coalbra, empresa de coque e álcool de madeira. Até hoje não houve recurso.

Marcos Abi Chedid (PSD-SP) deputado federal, eleito basicamente com os votos que a família tem em Campinas e região. É filho do deputado estadual reeleito por São Paulo Nabi Abi Chedid. Foi o vereador mais votado de Campinas e tornou-se presidente da Câmara Municipal. Levará para a Câmara um processo proposto pelo Ministério Público, que está no cartório do 5º Ofício do Fórum de Campinas, por desperdício de recursos do Orçamento municipal. Ele é acusado de ter adquirido vales-refeição em excesso para a Câmara Municipal e de tê-lo distribuído entre pessoas que não eram funcionários da Casa.

Mauro Ribeiro Lopes (PFL-MG) eleito deputado federal depois de ter passado pela diretoria-geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Segundo o próprio Lopes conta, foi nomeado por indicação do presidente Itamar Franco. Responde a vários inquéritos, desde favorecimento de grandes empresas de ônibus até a desativação de balanças nas estradas para atender a interesse de empresas transportadoras. É dono de empresas de escolta rodoviária e de guincho, que estão em nome da mulher e dos filhos. Ele responde a inquérito por alteração de boletim de ocorrência para emitir recebimento de seguro de carros.

Moacir Andrade (PPR-AL)



eleito deputado federal, foi vice de Fernando Collor no governo de Alagoas e assumiu o cargo quando ele se licenciou para disputar a Presidência da República, em 1989. Como governador, Andrade chegou a rever o acordo assinado com os usineiros de Alagoas, que lhes rendeu isenção de impostos. Foi uma das pessoas que comprovadamente sacou dinheiro aplicado no overnight na véspera do feriado bancário que antecedeu o anúncio do Plano Collor I. Além disso, comprou bois e fazendas antes do lançamento do plano. É acusado de nepotismo, por ter empregado 27 parentes na Assembleia Legislativa de Alagoas quando estava no governo.

Moisés Lipnik (PTB-RR) foi o deputado federal mais votado de Roraima, com 14.116 votos. Seu principal objetivo é ser governador do Estado. É colombiano naturalizado brasileiro. Enfrenta problemas desde a época em que foi deputado estadual por São Paulo: está envolvido em inquérito na Justiça Federal que investiga remessa ilegal de dólares para o Exterior. Apareceu no rumoroso caso Lubeca — empresa que, segundo o de-

putado Ronaldo Caiado, financiou a campanha à Presidência do petista Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 em troca de favores da Prefeitura de São Paulo. Ele teria procurado a ex-prefeita Luíza Erundina com o representante da multinacional argentina Bunge y Born, Luciano Girão. Depois, Lipnik mudou-se para Roraima, onde adquiriu fazendas, e atualmente é processado por abuso de poder econômico. Na campanha, prometeu fogões, geladeiras, colchões e até passagens aéreas em troca de votos. Também comprou terras para distribuir em troca de votos. Depois que a polícia e a Procuradoria da República descobriram, está pedindo reintegração de posse.

Newton Cardoso (PMDB-MG)



foi o deputado federal mais votado de seu Estado com 179.166 votos. Ex-governador de Minas Gerais, desde sua administração esteve envolvido em casos de corrupção e chegou a ter pedido o seu impeachment. Ele está respondendo a inquérito por ter construído barragens para irrigação da região norte de Minas Gerais, nos mesmos municípios onde possui fazendas. Também é acusado de desviar recursos do Incra destinados à construção de poços artesianos e de estradas vicinais em áreas de assentamento para obras em cidades do sul de Minas Gerais.

Oscar Goldino (PDT-MS) eleito deputado federal com 29.595 votos, responde a vários inquéritos e a três processos, acusado de desvio de soja para o Paraguai. Foi denunciado pelo Ministério Público Federal e chegou a ser condenado. Mas entrou com recurso, e o caso foi parar no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo.

Paes de Andrade (PMDB-CE)



eleito deputado federal depois de passar quatro anos longe do Congresso, onde atuou por quase 30 anos. A empresa de sua família, a Confederal Vigilância e Transportes, está sendo investigada por auditores do INSS, por dívidas com a Previdência Social e suspeita de sonegação fiscal. Paes de Andrade também foi acusado de contratar para a Câmara sem concurso o genro Sérgio Silveira Banhos e a sobrinha Martha Maria Paes de Andrade. O deputado é lembrado ainda como "o homem de Mombaca", quando assumiu a Presidência da República no lugar de José Sarney, em 1989, lotou dois Boeings para promover uma festa em Mombaca (CE), sua terra natal.

Paulo Roberto Cordeiro (PTB-PR) deputado federal que conseguiu a terceira maior votação do seu Estado, 68.907 votos. Foi presidente da Telecomunicações do Paraná (Telepar), empresa do grupo Telebrás. A Procuradoria da República no Paraná encontrou irregularidades na estatal, como formação de caixa 2 e cobrança de porcentagem para assinatura de contratos, e o está processando. Ele enfrenta ainda, na 6ª Vara da Justiça Federal do Estado, uma ação por improbidade administrativa, que pede o ressarcimento aos cofres públicos.

Remi Trinta (PMDB-MA), eleito deputado federal, é dono de hospital no Maranhão e responde a inquéritos e a um processo na Justiça Federal por irregularidade na aplicação dos recursos federais do Sistema Único de Saúde: aumen-

tava o número de doentes para receber mais autorizações de internação hospitalar. Foi denunciado pelo mesmo motivo na CPI da Assembleia Legislativa do Maranhão pelo deputado Domingos Dutra.

Romero Jucá Filho (PPR-RR)



outro senador eleito que poderá receber punição semelhante à de Marluce Pinto, por uso indevido da *TV Educativa* de Boa Vista e abuso de poder econômico na sua campanha. O julgamento de seu caso pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) deve terminar em 4 de novembro. Seu suplente, Antônio Brito, está na mesma situação. Por causa das irregularidades nas candidaturas, Roraima poderá ter nova eleição para o Senado.

Salomão Afonso de Souza Cruz (PFL-RR), eleito deputado federal, enfrenta processo no TCU referente a irregularidades na prestação de contas da Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaia). Por decisão do tribunal em 25 de fevereiro de 1992 foi julgado e deveria pagar multa. Houve recurso, mas foi negado.

Sandro Antônio Mabel (PMDB-GO) foi eleito deputado com 61.735 votos, atrás apenas da deputada Lídia Quinan, mulher do senador Onofre Quinan e também eleita pela primeira vez. Mabel é empresário e chegará ao Congresso respondendo a um processo por estelionato contra o banco Sudameris, que está correndo na 10ª Vara Criminal de Goiânia. Além disso, ainda enfrenta três processos — dois por crime contra a economia popular e um contra a saúde pública — e um inquérito por crime contra a economia popular.

Talvane Albuquerque (PP-AL) foi o deputado federal mais votado de Alagoas, conseguindo 62.462 votos. Responde a vários processos por irregularidades nas autorizações de internação hospitalar (AIH). É dono de hospital em Arapiraca, no interior do Estado.

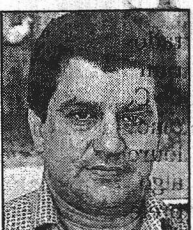
Teodorico de Assis Ferraz (PTB-ES) teve a segunda maior votação no seu Estado. Ex-prefeito de Cachoeiro do Itapemirim (ES), tem na bagagem para a Câmara vários processos, a maioria originários de avaliações do Tribunal de Contas do Estado. Um deles foi aberto por denúncia do Conselho Regional de Engenharia, que apontou irregularidades na licitação de uma torre de transmissão. Além disso, em 1993 tentou contratar obras para o ramal ferroviário por Cr\$ 2,056 trilhões, e a obra do terminal rodoviário por Cr\$ 1,082 trilhão, gastos que ultrapassavam o Orçamento do município.

Vicente Cascione (PL-SP), eleito deputado federal, é acusado de vender diplomas falsos e emitir títulos catedráticos igualmente fantasiosos, entre eles para o ex-ministro da Justiça Bernardo Cabral, que o nomeou para o Contran. Cascione responde a processos em quase todos os lugares em que já trabalhou. Um deles diz respeito ao não pagamento aos ex-sócios na firma de advocacia João Bosco de Medeiros Ribeiro e Antônio Geraldo Cardoso, referente a quantias emprestadas de bancos com o aval da firma e não honradas.

OS REELEITOS

Araldo Faria de Sá (PPR-SP) vai para o terceiro mandato como deputado. A Câmara ainda vai julgar o pedido de licença do Supremo Tribunal Federal (STF) para processá-lo por falsidade ideológica, feito em fevereiro do ano passado.

Ary Kara (PMDB-SP)



eleito para o segundo mandato. O Ministério Público entrou com ação para processá-lo por infração aos Códigos Eleitoral e Penal, mas a licença foi negada pela Câmara em dezembro passado.

Freire Júnior (PMDB-TO)

deputado federal pela terceira vez, foi denunciado pelo Ministério Público por infração do Código Eleitoral. O STF solicitou licença para processá-lo no ano passado, mas o pedido ainda não foi julgado.

Ibrahim Abi-Ackel (PPR-MG)

chega ao quinto mandato na Câmara. O Ministério Público acusou-o de cometer crime de peculato quando era ministro da Justiça, no governo Figueiredo. Mas o pedido de licença para processá-lo, feito pelo STF em 1989, ainda espera o julgamento da Câmara.

Marluce Pinto (PTB-RR) senadora mais votada do Estado, poderá perder seu mandato antes de ser diplomada. O TRE reconheceu abuso de poder econômico na sua campanha e na quarta-feira declarou sua inelegibilidade por três anos. O Ministério Público ajuizou ação para impugnar sua diplomação. Está sendo processada por uso da gráfica do Senado.

Nelson Marquezelli (PTB-SP) eleito pela terceira vez. O Ministério Público quer processá-lo por desacato a funcionário público (Código Penal), mas a Comissão de Justiça da Câmara ainda não decidiu sobre o pedido de licença.

Ronaldo Perim (PMDB-MG) suplente em 90, volta à Câmara. A Comissão de Justiça ainda não avaliou o pedido de autorização para processá-lo. Ele foi denunciado pelo Ministério Público por infração do Código Eleitoral: distribuição de mercadorias, prêmio ou sorteio para aliciar eleitores.

Sérgio Barcelos (PFL-AP)



chega ao segundo mandato como deputado. O pedido para processá-lo espera parecer da Comissão de Justiça. Ele foi denunciado por seqüestro e cárcere privado, além de lesão corporal grave.

Valter Pereira (PMDB-MS) reeleito deputado pela quarta vez. O STF quer processá-lo por disparo de arma de fogo e por ameaça. Mas a Comissão de Justiça da Câmara negou a licença pedida em novembro do ano passado.

